

17 SET 1998

# O gosto de gastar

## ESTADO DE SÃO PAULO

### NÃO HÁ ESTRATÉGIA ALTERNATIVA AO AJUSTE FISCAL PARA VALER

MARCELO DE PAIVA ABREU

A crise de confiança que levou à contínua perda de reservas brasileiras nos últimos dias foi detonada pelo calote russo e pela percepção de que a posição cambial brasileira é vulnerável e o desempenho recente, especialmente em relação à política fiscal, é insatisfatório. A adoção de políticas econômicas mais austeras dificilmente teria sido capaz de garantir a imunidade do País à crise internacional. Mas parece evidente que o ataque especulativo poderia ter sido postergado, se a avaliação internacional do desempenho macroeconômico brasileiro fosse mais favorável.

Embora a expressão bola da vez provoque arrepios em Brasília, existem inúmeros precedentes históricos de ataques sucessivos a economias em ordem decrescente de fragilidade em um quadro de deterioração contínua de confiança. O exemplo clássico é a sequência de países abandonando o padrão ouro, ou quebrando a paridade, durante a crise de 1928-1933: primeiro os países da periferia, incluindo o Brasil, antes de 1931; a Grã Bretanha, em 1931; os Estados Unidos, em 1933; a França, em 1936.

Ainda em termos do vocabulário de sinuca, teria sido razoável optar por políticas que permitissem a promoção do Brasil da sua clássica posição de bola vermelha para, digamos, bola verde ou marrom. A diferença é importante porque, do momento em que a crise é percebida como sistêmica, é vital dispor de tempo para que seja obtido apoio financeiro das instituições multilaterais, possivelmente combinado com o das principais economias desenvolvidas.

É verdade que o *timing* do ataque especulativo é singularmente infeliz. Não apenas coincide, e é exacerbado, pelo calendário eleitoral brasileiro, mas ocorre em um momento em que os Estados Unidos estão semiparalisados pela digestão das possíveis impropriedades políticas decorrentes de atos privados de seu presidente. O fato de que a crise é mundial não deve, entretanto, influir na percepção de que o governo arriscou em demasia, repetidamente adiando, e mesmo revertendo, o ajuste fiscal considerado essencial para garantir a credibilidade de seu programa macroeconômico.

O sucesso em contornar dificuldades passou a ser interpretado, não como indicação da necessidade de correção de fragilidades notórias, particularmente no terreno fiscal, mas como espaço adicional para utilizar a munção dos gastos públicos para a obtenção de pretensas vantagens políticas. A cada espaço de manobra percebido, Campos Sales deixava-se transformar em Juscelino Kubitschek, e o objetivo fundamental de longo prazo era trincado por uma concessão politicamente irresistível. Parodiando as palavras famosas do conde-duque de Olivares, ministro espanhol que exerceu poder quase absoluto por mais de 20 anos no início do século 17, sobre *el gusto de mandar*: o gosto de gastar, arraigada tradição republicana, prevaleceu repetidamente sobre o desejo de estabilizar.

Em novembro do ano passado, por exemplo, o governo brasileiro reagiu prontamente à ameaça de contágio da crise

asiática propondo um programa de ajuste, o famoso pacote 51, considerado exemplar na avaliação dos mercados financeiros. Entretanto, o que se registrou é que muitas das promessas foram postas de lado e o desempenho fiscal deteriorou-se muito além do que poderia ser debitado ao aumento das taxas de juros.

Excessiva energia tem sido gasta em recriminações, ou na busca de reais ou pretensos culpados pela vulnerabilidade do País. Segundo o governo, as dificuldades atuais devem ser fundamentalmente debitadas à resistência da oposição ao programa de reformas e consequente saneamento das contas públicas. A oposição, por seu lado, insiste no diagnóstico de

### Desejo da estabilização deve prevalecer sobre o desejo da ganância

que, desde 1993, o governo está equivocado quanto à política cambial, à abertura econômica e à ênfase, mesmo que controlada, na necessidade do ajuste fiscal. Essa visão tem sido reforçada pelo apoio de situacionistas tradicionais, pescadores em águas turvas, que vêem na crise uma oportunidade para extrair do governo políticas que possam favorecer seus negócios privados, ou reabilitar sua influência no grande jogo político nacional, ou assegurar a sua preponderância no acesso aos ouvidos do poder e nos ministérios gastadores atuais e futuros.

Entretanto, o primitivismo do que se pretende passar como estratégia alternativa da oposição parece ser percebido quase que instintivamente pelos eleitores e explica a relação algo enigmática entre aprofundamento da crise e aumento da popularidade do presidente. A

sabedoria coletiva parece reconhecer que a oposição em nenhum momento foi capaz de oferecer alternativa econômica viável que não signifique em prazo relativamente curto a volta da inflação, sem garantia de crescimento.

A não ser por um improvável colapso, e talvez até mesmo com ele, a reeleição do presidente parece assegurada no primeiro turno. Poderá ainda ser substancialmente ajudada pela mobilização do apoio financeiro de instituições internacionais e de governos. O que está em pauta é exatamente o que será a política econômica do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Embora se tenha engrossado o coro dos que propõem o caminho da desvalorização cambial, o balanço de vantagens e custos continua a privilegiar a prioridade da manutenção da atual política de defesa da desvalorização lenta do real. Desvalorização abrupta significa simples e claramente desistir do programa de estabilização, provavelmente comprometer ainda mais a abertura da economia e rever a estratégia internacional do País. A defesa de desvalorização, desde que acompanhada de severo ajuste fiscal, não parece realista e certamente subestima o risco de um retorno à inflação crônica e à estagnação.

A capacidade de promover ajuste fiscal sustentado seria vítima mais do que provável do turbilhão que acompanharia uma desvalorização. É preciso que, de uma vez por todas, o desejo de estabilizar supere o gosto de gastar. A alternativa é a volta ao passado e a perda de graus de liberdade no exercício do poder.

■ Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio